



Insegurança alimentar de mulheres e suas famílias no contexto da pandemia no Brasil

Este relatório apresenta resultados preliminares da pesquisa “Covid-19, risco, impacto e resposta de gênero”, desenvolvida no Brasil pela Fiocruz e instituições parceiras¹. Diversos temas relacionados aos impactos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres são contemplados pela pesquisa, mas este relatório concentra-se no tema da insegurança alimentar. São apresentados relatos que evidenciam os problemas vivenciados pelas mulheres entrevistadas na pesquisa, suas formas de enfrentamento da situação, e suas percepções sobre a atuação do poder público em relação às medidas necessárias para diminuição do grave contexto que vivem.

Gênero e alimentação

Estudos anteriores à pandemia da Covid-19 demonstraram que no Brasil a insegurança alimentar moderada ou grave era mais prevalente em domicílios de baixa renda, em áreas rurais, nos quais a pessoa de referência é uma mulher, com baixa escolaridade e cor autorreferida negra (parda ou preta)². Pesquisas no contexto da pandemia reforçam que este continua sendo o padrão³. Estes dados demonstram a importância de se analisar o tema tendo as mulheres como referência, sob uma perspectiva interseccional de gênero. Além disso, a alimentação historicamente tem sido de maior responsabilidade das mulheres dentro das famílias, devido aos papéis tradicionais de gênero e à desigual divisão do trabalho, mais especificamente, do trabalho doméstico. Em geral, as mulheres possuem muitos conhecimentos e informações sobre a produção, compra e preparação de alimentos, sendo importante investigar suas perspectivas sobre insegurança alimentar durante a pandemia.

Perfil das mulheres entrevistadas

Os relatos e dados apresentados neste relatório foram obtidos por meio de entrevistas em profundidade, baseadas em roteiro semi-estruturado, com mulheres de dois aglomerados urbanos, Cabana do Pai Tomás (que inclui bairros da região oeste Belo Horizonte, MG) e Sapopemba (distrito que inclui bairros da região leste de São Paulo, SP), e de duas comunidades quilombolas do Vale do Jequitinhonha, Córrego do Rocha (Chapada do Norte, MG) e Córrego do Narciso (Araçuaí, MG). Esses territórios foram selecionados por se tratarem de regiões com populações de baixa renda, marcadas por processos de vulnerabilização significativos em relação à pandemia, onde os(as) pesquisadores(as)

do projeto realizavam ações de extensão e pesquisa. As entrevistas nas áreas urbanas foram realizadas via telefone, entre março e agosto de 2021. Na área rural, devido às dificuldades estruturais de acesso aos meios de comunicação, como telefone e internet, a maioria das entrevistas foram conduzidas presencialmente, seguindo todos os protocolos de segurança, em visitas realizadas entre o fim de 2020 e julho de 2021. Foram entrevistadas 45⁴ mulheres, sendo 16 do aglomerado Cabana do Pai Tomás, 15 de Sapopemba, seis de Córrego do Narciso e oito de Córrego do Rocha. Em relação à raça/cor/etnia, 22 entrevistadas se identificaram como negras (parda ou preta), 14 quilombolas⁵, uma indígena e oito brancas. Apenas oito das entrevistadas não têm filhos, sendo que uma delas estava grávida na época da entrevista. A idade das entrevistadas variou de 21 a 64 anos. A pesquisa em comunidades quilombolas ainda está em andamento, devido à maior dificuldade de contato com mulheres dessas regiões.

O impacto da pandemia no acesso aos alimentos

A maioria (61%) das mulheres entrevistadas relatou que o acesso aos alimentos foi prejudicado pela pandemia. A diminuição da renda e o aumento dos preços dos alimentos foram apontados como as principais causas desse problema. É importante ressaltar que a questão sobre acesso aos alimentos foi interpretada de diversas formas. Algumas mulheres responderam que não foram impactadas por não estarem passando fome ou necessidade, ou por estarem recebendo doações de alimentos. Por outro lado, algumas mulheres relataram um grande impacto em sua alimentação, mesmo recebendo doações de alimentos. Além disso, algumas mulheres que responderam que o acesso aos alimentos não foi prejudicado, ao serem perguntadas sobre a redução do consumo de alimentos, disseram que tiveram que adotar estratégias de redução da quantidade ou qualidade dos alimentos.



Uma pergunta adicional sobre a redução do consumo de alimentos foi feita a 30 entrevistadas, das quais 25 (83%) relataram adotar essa prática. A carne bovina foi identificada como o alimento de mais difícil acesso durante a pandemia, seguida por itens básicos como arroz, feijão, óleo e sal. Algumas mulheres priorizaram manter a qualidade dos alimentos em detrimento da quantidade, como é o caso de Marcela:

“Assim você comprava a penca de banana, hoje, você compra metade da penca, né? Diminuiu. Mas assim a qualidade da alimentação a gente tá tentando manter.”

Outras, como Beatriz, passaram a consumir alimentos mais baratos de menor qualidade:

“Graças a Deus, não ficamos sem alimento, porém a qualidade diminuiu muito, porque tivemos que optar por alimentos mais em conta pra poder manter o sustento.”

A maioria dos relatos revela uma insegurança alimentar leve, caracterizada pela redução da qualidade dos alimentos, ou moderada, quando há redução da quantidade. Contudo, alguns relatos de insegurança alimentar grave, em que a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio, são bastante alarmantes. Antônia, da comunidade quilombola Córrego do Narciso, conta que “Eu tô tendo em vista que a fome vai voltar”, como nos tempos em que era criança:

“Porque nós, na verdade, nós foi criado foi com sopa de osso, que a gente não comia a carne, porque não tinha condições. (...) A gente tinha aqueles arroz, aí peneirava, os rico comia o arroz bom, e nós mesmo foi criado com canjiquinha de arroz, aquele arroz todo quebradinho, é aquilo que minha mãe comprava na feira. (...) Então, hoje, nós não tem nem isso aí mais, então, agora, pra nós tá difícil.”

Emília, moradora de Sapopemba, mãe de dois filhos e grávida de seis meses, conta que ela e o marido vivem de trabalhos informais, sem ter uma renda fixa e que, por isso, “Tem semana que não tem nem o dinheiro do pão.” Márcia, atualmente em Sapopemba, conta que passou por momentos difíceis com o marido quando estava no interior, quando “Chegava dia que tinha um copo de arroz pra poder fazer pros dois. A coisa tá muito feia.”



Em áreas rurais, a falta de água, que dificulta ou impossibilita o tradicional plantio de alimentos para consumo próprio e para geração de renda, é um agravante da insegurança alimentar. Marina, de Córrego do Rocha, conta que quando chove tem fartura de alimentos que vem da sua própria plantação, mas durante a seca:

“Você não pode plantar, porque na hora que dá a flor, que é para você colhê a abóbora, não tem água para você molhar. E aí você vai ver a planta morrer e você não pode fazer nada. Porque tirar de beber também, a gente não pode tirar a água de beber para molhar um pé de planta.”

Algumas mulheres disseram ter aumentado o consumo de alimentos devido à permanência em casa e a sentimentos de ansiedade. Foi o caso de Sônia:

“Aí, então assim, tinha vez que era noite, quando eu ficava muito ansiosa, eu comia, comia e continuava comendo, eu comia e sentava, eu não saía para canto nenhum, eu comia, sentava e não saía.”

O trabalho remoto foi utilizado por empregadores para justificar a retirada de auxílio alimentação, sem levar em consideração a alimentação dentro de casa, muitas vezes maior do que em ambiente externo, como comenta Lígia:

“Porque quando eu trabalhava na empresa, eu tinha uma ajuda de custo, agora como eu trabalho em casa, eles não dão essa ajuda de custo. Como eles avaliam que eu não preciso de almoçar na rua e nem deslocar de dentro de casa, eu não preciso de ajuda de custo.”





Crédito da foto: Mídia Ninja



Doações de cestas básicas

O recebimento de doações de alimentos foi fundamental no contexto da pandemia, e 72% das entrevistadas que foram perguntadas sobre este assunto disseram ter recebido doações (26 mulheres). Destas, 61% identificaram que as doações foram de alguma esfera do poder público (16 mulheres). Entretanto, houve relatos de que as doações não foram suficientes para atender a todos das comunidades. Em Belo Horizonte, a atuação do governo municipal na doação de cestas básicas, principalmente através das escolas públicas, foi elogiada por algumas mulheres. As escolas estaduais também realizaram doações, mas Amanda, do aglomerado Cabana do Pai Tomás, critica que nem todas as crianças foram contempladas:

Políticas públicas de assistência social durante a pandemia

Auxílio Emergencial

O auxílio emergencial foi recebido por 42,5% das mulheres entrevistadas e 39% disseram que alguém do mesmo domicílio recebeu (além delas ou quando não receberam). Muitas mulheres criticaram que o auxílio emergencial tem sido insuficiente para suprir as necessidades alimentares. Além disso, criticaram a burocracia envolvida no cadastro para recebimento do benefício. Houve relatos de mulheres que não conseguiram receber o auxílio ou que pararam de recebê-lo sem explicação, além de mães que perderam ou não receberam o auxílio em detrimento dos pais. É o caso da mãe de Suzana:

“Na minha casa recebeu a minha mãe, no início, só que devido o meu pai ter entrado também no auxílio, ela acabou perdendo, é bem burocrática essa parte do auxílio.”

Mulheres de baixa renda, mas com emprego formal, com carteira assinada, não conseguiram receber o auxílio ou qualquer ajuda do governo, mesmo com sua renda não sendo suficiente para garantir sua segurança alimentar. Flávia é mãe solo e sustenta dois filhos com sua renda de um salário mínimo. Conta que não tem acesso a nenhum tipo de auxílio do governo, tendo que contar com doações de outras fontes:

“Eu não ganho benefício nenhum. É mais cesta básica de amigos, entendeu? (...) A gente pede ajuda aí alguém doa ou a escola (onde trabalha como faxineira) doa. Às vezes, tem verdura, às vezes, tem biscoito, às vezes, tem cesta básica.”

“Com relação ao estadual, eu fiquei sabendo que o governo dá um kit merenda, mas não é todos os alunos que recebem, é somente aluno que recebe o Bolsa Família. E os que não recebem, como é que tá passando?”

Além disso, algumas criticaram que pessoas que não precisavam de cesta receberam, enquanto outras que precisavam ficaram sem, como comenta Joana:

“Muita gente que tinha direito na cesta não conseguiram se cadastrar. Entendeu? Poderia tá revendo isso. Eu conheço gente que tem direito, que pela norma, né, da inscrição teria direito à cesta e não conseguiu.”

Luíza, reclamou que a cesta que recebe de doação da prefeitura de Belo Horizonte, por meio da escola de seu filho de dois anos, não garante uma alimentação de segurança, devido à falta de diversidade de alimentos:

“Não tem uma alimentação rica em vitamina, em proteína, é sempre arroz, feijão e a farinha, né. Não tem outros tipos de alimentos que podem compor essa alimentação, que é importante também, né, uma alimentação rica em vitamina, mineral, proteína, né.”

Em São Paulo, algumas mulheres criticaram a morosidade do governo em doar cestas, o que fez com que alguns alimentos já estivessem com o prazo de validade vencidos quando chegaram aos beneficiários da doação, como comenta Emília, moradora de Sapopemba:

“Eles deram uma cesta básica na escola durante a pandemia, mas que a linguiça veio estragada. Eles seguraram a cesta básica pra depois liberar pra gente, tanto que eles preferiram deixar estragar alguns alimentos da cesta pra depois entregar.”

Avaliação dos governos

A falta de iniciativa de todas as esferas e poderes do governo em relação ao tema da insegurança alimentar foi criticada. As mulheres comentaram que o governo poderia ter sido mais ativo na questão da alta dos preços dos alimentos, ter feito mais doações de alimentos, ter agido mais rápido e ter colocado em prática mais políticas públicas de combate à fome. O relato de Jussara, de Belo Horizonte, sintetiza bem essa insatisfação com o poder público de forma geral:

“Apesar da prefeitura fazer uma propaganda de que tem um plano municipal de segurança alimentar, eu acho que esse plano tá muito no papel. Você tem um orçamento grande, mas a informação que eu tenho é que muito pouco foi utilizado para o combate à fome dentro das políticas de assistência social. Os governos dentro de todas as suas esferas e poderes não vêem que este é um ponto importante no combate da desigualdade. A inércia do governo é impressionante.”

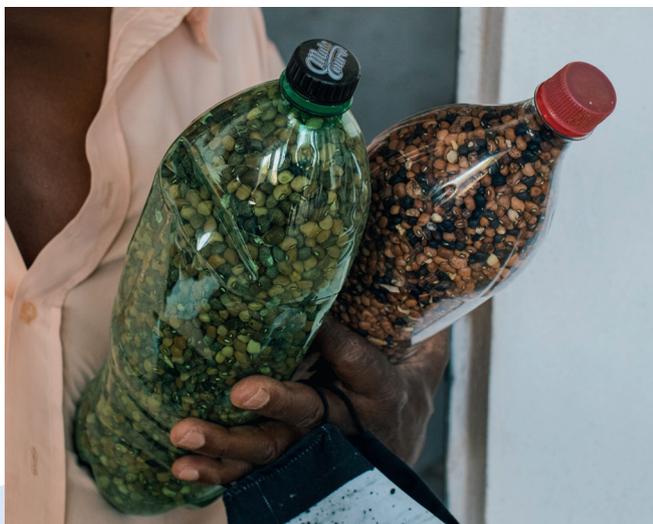


O governo federal, principalmente, foi o mais criticado em relação ao tema da insegurança alimentar. Como comenta Paula, de São Paulo, o presidente Jair Bolsonaro chegou a negar que existem pessoas passando fome no país:

“Eu vi uma matéria que o presidente tava dizendo que no Brasil ninguém passava fome não, que essa conversa era mentira. E aí eu queria tanto por alguns instantes passar na frente dele e dizer assim ‘onde que você viu isso meu filho, então dá uma voltinha comigo que você vai mudar sua concepção’. E aí você vê o descaso né?”

Lideranças femininas e redes de solidariedade

Diante da insuficiente atuação do poder público, diversas redes de solidariedade têm sido fortalecidas e criadas nas comunidades, sendo muitas lideradas por mulheres. Dentre as entrevistadas, 85% disseram ter participado de doação de alimentos, seja compartilhando seus próprios alimentos, ou conseguindo doações por meio de parcerias, contribuindo com a logística das entregas e na identificação das famílias que mais precisam de doações dentro de seus territórios. Destacamos a história de três delas, que autorizaram serem identificadas.



Crédito da foto: Midia Ninja



Lúcia Helena Apolinária - vice-presidente da Associação Comunitária Vila Imperial do grande aglomerado Cabana do Pai Tomás (Belo Horizonte - MG).

Morando em comunidade e lidando com essa questão de comunidade, há muitos anos, eu vi a falta de alimento na casa das pessoas no período de Ditadura, nos anos 80, 90, ainda tinha essa demanda na época daquela inflação louca, as pessoas pediam esmola. E, depois, veio um período, de 2000 para cá, que as pessoas tinham acesso à comida com facilidade. Mas, hoje, nessa pandemia, de 2020, 2021, com um agravante em 2021, a gente tem muito mais pessoas passando fome. E isso é literalmente, às vezes, não ter nada em casa para comer ou para dar para a família ou pros filhos comerem. E a gente tem lidado com isso com muita preocupação e tentando, de alguma forma, amenizar e buscar recursos para tá suprindo essa necessidade do alimento pras famílias que neste momento tão passando por isso. A gente tem feito algumas parcerias, uma delas é a Mesa Brasil. A gente fez uma parceria com a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a gente tem distribuído marmita três vezes na semana, tem produzido os alimentos e a gente distribui toda semana, é pouco, é três vezes na semana, 150 marmitas. E eu consegui uma parceria e todo mês eu, na minha associação com a nossa equipe, a gente tem conseguido distribuir em média de 70 cestas, por mês. E mais um kit de verduras no final de semana, na quinta ou na sexta. Então assim é muito mais pessoas pedindo comida, buscando esse acesso ao alimento.



Maria Aparecida Machado Silva - presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Chapada do Norte (Vale do Jequitinhonha - MG).

Aí foi o desafio, porque não é assim, no ponto de vista das pessoas não é o papel do sindicato. O papel do sindicato não é doar, é lutar pelos direitos, pelo bem-estar de direito dos trabalhadores rurais. Só que aí eu falei, “onde é que está este bem estar, o quê que nós tá fazendo pelo bem-estar?” A cesta também faz parte do bem estar. Nós fomos em 98% das comunidades rurais levar essa cesta. E foi cesta que a gente não mobilizou ninguém para sair de casa, a gente foi levando até as famílias. Peguei com as agentes de saúde, para a gente mapear todas as famílias vulneráveis, né, teve comunidade que teve cinco, teve comunidades que deve dez, que teve 20. Os critérios são, por exemplo, pegar as famílias que não tem assalariados em casa. Quem tem uma aposentadoria, essa aposentadoria garante o básico, e todo mês chega. O Bolsa Família não é renda, então as famílias do Bolsa Família seria um público-alvo. Aí a gente criou essa estratégia, as famílias que não têm uma renda fixa vai ser atendida. Pois nós conseguimos de 620 famílias, nós atendemos 500. Moral da história, 120 ia ficar de fora. Aí, pois você acredita que eu fiz o vídeo falando “estou aqui na comunidade Batieiro e tal, entregando, graças a Deus entregando cestas, só que não vai dar para atender a demanda, a gente tem um excedente de famílias que vai ficar de fora porque nós não temos muita cesta para doar”. Aí peguei o vídeo, mandei de noite, mandei pro deputado. Ô nega, ele fez uma vaquinha e depositou 3000. Fizemos uma cotação de preço, e acabamos de atender as 120 famílias, atendemos todo o público alvo. Daí pra cá já entregamos cestas básicas de várias ações para famílias vulneráveis. É muito trabalhoso, mas como trabalhamos em equipe e em parcerias conseguimos fazer um grande trabalho de solidariedade no nosso município.



Míriam Duarte Pereira - fundadora da AMPARAR (associação de familiares e amigos de presos, presas e internos da fundação CASA) em Sapopemba (SP).

Sou uma das fundadoras da AMPARAR. Mas os caminhos da Amparar são anteriores mesmo à fundação da associação, nossos passos

começaram na década de 1990 com muitas mulheres que tiveram seus filhos privados de liberdade na então Febem. As emergências da pandemia de Covid-19, em março de 2020, trouxe múltiplos sofrimentos relacionados a prisões, as condições de saúde no cárcere e a dificuldades para a comunicação de pessoas presas e seus familiares. Para além desse sofrimento, a situação de insegurança financeira e alimentar de familiares de presos e sobreviventes vem demandando, desde o começo da pandemia, a mobilização de redes de solidariedade em busca de ajuda cada vez mais urgente. A Coalizão Negra, Uneafro, CEDECA Sapopemba e CDHS (Centro de Direitos Humanos de Sapopemba) têm contribuído de forma solidária a doações de cestas básicas para Amparar fazer a distribuição para os familiares. Realizamos diversas Live para arrecadação da vaquinha online para pagamentos de contas de luz, água, gás e até aluguel.

Sobre a pesquisa

As mulheres foram convidadas a participar da pesquisa por meio de contatos prévios dos(as) pesquisadores(as) com pessoas dos territórios e a partir disso foi feita amostragem por bola de neve (cada participante indicava o contato de outras mulheres). O consentimento oral e/ou por escrito foi obtido e as entrevistas foram gravadas e transcritas para análise. A análise temática foi usada para resultados rápidos, com o intuito de disseminá-los principalmente para gestores públicos. Uma análise interseccional mais aprofundada será conduzida para uma melhor compreensão das diferenças de acesso aos alimentos entre as mulheres entrevistadas, mas esperamos que estes resultados preliminares chamem a atenção sobre questões urgentes que necessitam de respostas do poder público, como é o caso da insegurança alimentar agravada pela pandemia da COVID-10.

Notas

¹CEFET-MG, FGV, UFMG E UFGRS.

²PNAD, 2004; Marin-Leon et al. 2011. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. Rev Bras Epidemiol, 14(3): 398-410.

³Maluf et al. 2021. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN); Galindo et al. 2021. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice Working Paper Series, no. 4

⁴Devido ao caráter semiestruturado do roteiro de entrevista, não foram feitas exatamente as mesmas perguntas a todas as entrevistadas, por isso, para calcular a porcentagem de respostas a algumas questões, a amostragem total teve que ser ajustada.

⁵A maioria das quilombolas se identifica como negra, preta ou parda. Entretanto, optamos por colocar quilombolas como uma categoria etnicamente diferenciada, a qual é reconhecida juridicamente enquanto fator identitário pautado no direito autodeclaratório.

Pesquisadores(as)

Brunah Schall, Mariela Rocha, Bráulio Silva, Sidnei Ferreira, Polyana Valente, Flora Gonçalves, Agda Moreira, Corina Mendes e Denise Pimenta.